

Volume

2

ISSN 0104-6551

Série Documental

RELATOS DE PESQUISA

2ª Edição

6

Ação Cultural e Educacional da Biblioteca  
no Âmbito da Escola de 1º Grau

7

Metodologia da Alfabetização de Adultos:  
um balanço da produção do conhecimento

8

O Visitante Inoportuno: o estudo da escola  
num grupo tribal

9

Do Discurso da Greve à Ação do Nepe:  
uma forma diferente de fazer/conceber  
a universidade

10

Efeitos da Simulação Computadorizada  
no Ensino da Atividade de Visita Domiciliar

11

A Prática Cotidiana dos Profissionais  
da Educação em Escolas Públicas: a difícil  
relação teoria-prática

12

Municipalização do Ensino: discurso oficial  
e condições concretas de implantação

13

Avaliação das Experiências de Educação  
de Jovens/Adultos de Santa Catarina

14

O Perfil Sociocultural de Alguns  
Trabalhadores do Ensino de 2º Grau  
Mediante seu Cotidiano

15

Descentralização, Política Municipal  
de Educação e Participação no Município  
de São Paulo

16

A Realidade da Preparação para o Trabalho  
na 2ª Região Escolar São Leopoldo (RS)

17

Qualidade de Ensino:  
velho tema, novo enfoque

INEP

188888888888  
388888888888

# Avaliação das Experiências de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina\*

Zenir Maria Koch (Coordenadora)

## RESUMO

*Para avaliar as experiências de educação básica de jovens e adultos foi desenvolvida, nos anos 1989-1990, esta pesquisa com representantes da Secretaria de Estado da Educação e Universidade Federal de Santa Catarina engajados no processo de definição de novas políticas para a alfabetização e a educação básica de jovens e adultos. Considerando que nos últimos anos vem aumentando a busca pela escola supletiva, principalmente por alunos oriundos do ensino público que ficaram à margem ou passaram pelo processo escolar sem completar a alfabetização e a educação básica, pretende-se analisar questões que dizem respeito à qualidade física e pedagógica das escolas supletivas de 1º grau e as suas condições de ensino. Assim, foram amostradas 14 escolas de ensino supletivo, nove responsáveis técnico-administrativos, 49 professores e 290 alunos. Das 14 escolas amostradas, cinco são escolas particulares, oito estaduais e uma federal. Visando o alcance dos objetivos da pesquisa, foram levantadas informações sobre as características gerais das escolas e sua organização (planejamento, supervisão e avaliação); as características individuais dos alunos (situação de trabalho, relação trabalho/curso de rendimento escolar); e as características do professor (dados de identificação, situação funcional, formação e experiência de trabalho).*

## INTRODUÇÃO

O atendimento na área de Educação de Adultos iniciou-se neste Estado na década de 70, com os Exames de Madureza, conforme previa a LDB/61, autorizados pelo Conselho Federal de

Educação (CFE) e supervisionados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), até 1974. A partir daí, passou a ser coordenado pela Secretaria de Educação, com os Programa de Alfabetização e de Educação Integrada do Mobral.

Caracterizada pelo atendimento à população com idade superior a 14 anos, a Educação de Adultos foi se ampliando além da área de alfabetização para 1º e 2º graus. Atualmente é desenvolvida pelas prefeituras municipais, universidades, instituições privadas e religiosas, com os cursos de alfabetização e de 1ª a 4ª série, e pela Secretaria da Educação e empresas privadas, com os cursos de 5ª a 8ª série e de 2º grau.

Apesar das várias experiências de educação de jovens e adultos surgidas no âmbito do poder público e privado, o atendimento ainda é restrito (6,3%), em face da elevada clientela que necessita de complementação de estudos. Segundo os dados do Pnad/88, do total da população de Santa Catarina (3.856.139), 8,15% são pessoas com mais de 10 anos que não possuem instrução alguma ou têm menos de um ano de estudo. Dos que possuem escolaridade, 25% têm até quatro anos de escolaridade, e apenas 7,66%, oito anos.

Para os anos 90, a previsão é de que uma grande parcela da população com mais de 20 anos de idade, marginalizada da escola, apresente-se sem ter concluído o ensino básico fundamental.

O índice de evasão no ensino regular, principalmente na rede estadual, num fluxo de oito anos, vai além dos 70%. A maior incidência ocorre na 1ª série e, depois, nas últimas séries. No 2º grau, a evasão de alunos também é crítica nos três anos de escolaridade, chegando à elevada

\* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa, n. 13, outubro de 1993, como artigo-síntese, exigência do contrato de financiamento de pesquisa nº 72/89, firmado entre o Inep e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), cuja conclusão se deu em janeiro de 1992.

cifra de 51% (cf. dados de 1990, SEC-SC/Dirp/Geinf). Em tal situação, a educação de adultos representa para o aluno uma oportunidade de recuperar a formação perdida, e muito mais:

Ela é, na verdade, um grande espaço social de convivência daqueles que são sistematicamente desumanizados pelo trabalho, pelo isolamento e por suas condições de existência. É, também, um local de fala dos que não têm voz no dia-a-dia; de participação daqueles acostumados a obedecer de encontro dos desencontros, de saber das coisas do mundo dos que foram afastados da possibilidade de parte deste conhecimento (Haddad apud Arroyo et al., 1986, p.15).

Levando em conta que a escola supletiva não representa para o aluno apenas a volta à escolaridade perdida, a sua análise deve passar por uma discussão fundamental: as relações da escola como momento educativo e de acesso ao saber com o mundo de vida social e de trabalho do aluno.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Na realização desta pesquisa, foram aplicados questionários junto aos dirigentes, professores e estudantes dos diversos cursos de Educação Supletiva de 1º grau, com o objetivo de investigar a estrutura e funcionamento das escolas, características gerais de sua clientela e dos docentes, bem com a situação vivenciada por estes atores.

Considerando o número de 12.022 alunos e 568 professores, distribuídos nos vários cursos de Alfabetização e Educação Básica (1ª à 4ª série) e de 5ª à 8ª série do 1º grau das redes pública e privada existentes no Estado, optou-se, inicialmente, por realizar este estudo com uma amostra representativa de 1.034 alunos e 286 professores (1989).

Para definição da amostra dos alunos foi admitida uma margem de erro de 3%, com um grau de confiabilidade de 95,5% por 100 informantes, enquanto que para a dos professores foi considerado o mesmo grau de confiabilidade (95,5% por 100) com uma margem de erro de 5%.

Foi considerada, ainda, a distribuição da amostra por estratos, tendo por base a regionalização e os tipos de cursos existentes.

Este plano de amostragem, previsto no projeto inicial de pesquisa, teve que ser alterado pelo atraso ocorrido na liberação dos recursos financeiros e de sua conseqüente desvalorização em função dos altos índices inflacionários.

A amostra inicial, que previa a realização de coleta de dados em todo o Estado, teve que ser reduzida para alguns municípios de regiões educacionais do norte e do sul de Santa Catarina, considerados mais apropriados ao estudo por oferecerem maior atendimento ao ensino supletivo e por contarem com escolas em funcionamento já há bastante tempo.

Entre as 22 Unidades de Coordenação Regional (Ucres) existentes no Estado, optou-se por desenvolver a pesquisa em cinco, abrangendo os seguintes municípios: Florianópolis (1ª Ucre), Tubarão e Braço do Norte (2ª Ucre), Morro da Fumaça e Lauro Müller (3ª Ucre), Blumenau, Gaspar e Pomerode (4ª Ucre) e Joinville (5ª Ucre).

Nesses municípios a amostra abrangeu 14 escolas, nove responsáveis técnico-administrativos, 49 professores e 290 alunos. Das 14 escolas de ensino supletivo amostradas, nove foram definidas como escolas públicas e cinco, como particulares. Para a amostra de escolas públicas, foram considerados oito projetos do ensino supletivo da Secretaria da Educação, em fase de desenvolvimento, que atendem alunos de 5ª a 8ª série do 1º grau pela sistemática do ensino modularizado, no Centro de Ensino Supletivo (CES), nos Núcleos de Ensino Modularizado (Nemos) e Núcleos Avançados de Ensino Supletivo (Naes) e o projeto Prepesufsc – Curso de Alfabetização de 1ª à 4ª série –, em desenvolvimento na UFSC. As cinco escolas supletivas particulares amostradas oferecem atendimento de 5ª à 8ª série. Destas, quatro são escolas da iniciativa privada e uma da CNEC.

## **CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS SUPLETIVAS – DADOS GERAIS**

Com relação ao espaço físico, observa-se que as condições de instalação variam, na opinião dos responsáveis técnico-administrativos, de precárias a boas.

Na rede pública de atendimento, as condições físicas de funcionamento em geral não são boas. Há necessidade de espaço físico mais adequado na maioria das escolas visitadas. As escolas não dispõem de acomodação suficiente não só aos alunos, mas também à equipe de professores e de funcionários técnico-administrativos, quando existem. Faltam espaços para serviços administrativos, para a reunião de professores, encontros, promoções, etc. As salas de aula não são suficientes, e os projetos (Nemo, Naes) que atendem através de cabines contam com espaços pequenos e insuficientes. A luminosidade e a ventilação dessas salas, em geral, não são adequadas.

Das escolas públicas pesquisadas, apenas o Prepesufsc informou contar com o apoio do poder público federal. Instalado no prédio da universidade, o curso funciona com boas instalações, necessitando apenas de sala para treinamento.

Dada à precariedade física e material presente nas escolas, os entrevistados solicitam maior atenção do poder público para a ampliação e manutenção dos prédios escolares. Geralmente as condições do espaço físico são melhoradas com recursos financeiros conseguidos através de promoções junto à comunidade. Os projetos (Nemo, Naes), na maioria das vezes, recorrem às prefeituras municipais para conseguir recursos para a realização de reformas ou ampliações.

A situação na rede particular apresenta-se um pouco melhor. No geral, os espaços físicos são bons, à exceção de alguns cursos que funcionam em instalações muito precárias. O número de sala de apoio e de aulas é suficiente e os alunos estão bem acomodados.

## **Recursos humanos**

Uma questão preocupante para os dirigentes das escolas supletivas é a falta de recursos humanos devidamente preparados para a condução do ensino adequado aos jovens e adultos de Santa Catarina.

Além de a escola não contar com professores em número suficiente para efetuar as atividades pedagógicas, especialmente as de nivelamento e de reforço, aos que estão em

atividades em sala de aula não são oferecidas oportunidades de atualização e de aperfeiçoamento. Consideram que os recursos humanos existentes não se apresentam quantitativa e qualitativamente suficientes para garantir o pleno funcionamento da escola. Nem todas as escolas dispõem de uma pessoa responsável unicamente pela direção. Normalmente existe um responsável técnico-administrativo, acumulando, também, a função de docente.

Os dirigentes públicos, assim como os professores, reclamaram da falta de treinamento por parte da Secretaria da Educação. Por não contarem com o apoio desta, as escolas enfrentam os seguintes problemas para a realização da capacitação de pessoal:

- falta de recursos materiais;
- falta de recursos para cursos;
- falta de informação sobre encontros e cursos na área;
- não há nenhum órgão que promova cursos ou palestras sobre o assunto;
- falta de promoção;
- não existe divulgação pela Ucre;
- falta de bibliografia para consulta;
- difíceis oportunidades de cursos e palestras que promovam a necessária reciclagem.

Tal situação demonstra a não existência na Secretaria da Educação de uma política de aperfeiçoamento que possibilite a atualização constante do seu pessoal técnico-docente e administrativo.

Quanto à formação dos docentes e dos funcionários, observa-se que quase todos possuem curso de Magistério de 3º grau. Dos 52 professores existentes nas escolas públicas pesquisadas, apenas um tem curso de Magistério de 2º grau, exercendo a função de responsável pelas atividades de reforço pedagógico. Dos demais funcionários administrativos atuantes nos Nemos, um possui curso de 1º grau e dois, de Magistério de 3º grau.

Na rede particular, a totalidade do pessoal docente e técnico-administrativo (coordenador geral, coordenador pedagógico e professor) tem 3º grau, formação Magistério ou outra. Os que exercem as funções administrativas de contador e secretário possuem titulação de 2º grau incompleto e completo, e as de administrador e de servente, apenas cursos de 1º grau completo e incompleto.

Embora o quadro docente se apresente com excelente formação, melhor do que na rede pública, os professores particulares também enfrentam problemas de aperfeiçoamento.

Além da falta de estrutura que afeta o trabalho educativo, os profissionais do ensino supletivo enfrentam sérios problemas de ordem salarial. Na escola pública, a maioria se dedica quase que exclusivamente ao magistério estadual, em regime de 40 horas semanais, percebendo salários que apenas dão para sobreviver. Na escola particular, a situação salarial também é crítica e, ao contrário dos educadores estaduais, a maioria não tem a escola como emprego principal, recorrendo a outra atividade paralela que não é de docência.

Em decorrência da pobreza salarial, os professores não podem investir no seu aperfeiçoamento próprio, e, conseqüentemente, não podendo adquirir os recursos materiais e técnicos necessários ao seu enriquecimento intelectual, o seu trabalho em sala de aula também tende a desqualificar-se.

### **Planejamento e supervisão**

No que diz respeito ao planejamento de curso, pode-se dizer que não existe no ensino supletivo (público e particular) uma orientação única. Através das entrevistas realizadas com os responsáveis técnico-administrativos dos cursos supletivos, ficou evidente que o planejamento é uma atividade pouco considerada na organização escolar.

Na escola pública, alguns responsáveis disseram que existe planejamento de curso outros que não existe e outros, ainda, consideraram que fazem-no em parte, conforme as afirmações abaixo:

- Não existe planejamento de curso, cada disciplina já está planejada *a priori*.

– Existe o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pela escola como um todo, onde são incluídas as alterações previstas para assuntos contidos nos módulos, nas avaliações e na prática do atendimento.

– Apenas planejam as atividades dos módulos e as atividades do núcleo.

– Planejam as atividades de pedidos de materiais à Ucre.

Alguns entrevistados disseram, ainda, que as atividades de planejamento são realizadas no início do ano, no decorrer deste e início dos semestres: “juntamente com os professores, pela equipe de trabalho e alguns alunos”; “pela própria equipe”; e “através de reuniões”.

Na escola particular, apenas dois diretores disseram desenvolver planejamento de curso, cabendo esta atividade a “cada professor”, à “equipe de professores”, ao “conjunto da escola” e ao “conselho de classe”. O período em que é realizado não foi bem definido: um disse ser constante e no início do semestre; o outro disse ocorrer no princípio do ano, todo semestre e todo mês.

Relativamente à supervisão e ao acompanhamento das atividades pedagógicas, as informações levantadas junto aos responsáveis técnico-administrativos indicam que muito pouco é feito nesta área.

Na rede particular, dois dos cinco diretores entrevistados disseram que não são efetuados a supervisão e o acompanhamento do trabalho pedagógico docente, e três afirmaram realizá-los através de “observações espontâneas”, de “bate-papos”, de “reuniões pedagógicas mensais ou bimestrais” e de “conselho de classe”.

### **Recursos Instrucionais, metodológicos e conteúdo curricular**

As dificuldades para os professores que atuam nas escolas supletivas estão não só na falta de recursos materiais e estruturais, como, também, nos recursos metodológicos necessários a sua prática.

As escolas supletivas públicas (Naes, Nemo e CES) adotam quase que exclusivamente o

recurso instrucional módulo. Algumas, mesmo considerando mais defasados no seu conteúdo e dispondo do módulo do CES, continuam trabalhando com módulo do Logos, seguindo somente as suas orientações metodológicas. Esta atitude é uma evidência de que pararam no tempo. Por não disporem de informações e de tecnologia adequadas, não conseguiram avançar na utilização de outros recursos pedagógicos que são de grande valia para a complementação e/ou substituição do ensino tradicional em sala de aula. A realidade da prática pedagógica supletiva dos professores estaduais sugere à Secretaria da Educação rever a proposta teórico-metodológica de educação de adultos desenvolvida nos seus núcleos.

A escassez de material nas escolas supletivas é tão grande que o recurso mais utilizado na condução das aulas limita-se quase que exclusivamente ao quadro-de-giz. O tipo de aula mais desenvolvido é a expositiva ou dialogada, até mesmo no ensino individualizado, onde a “aula expositiva é adotada para dar explicações aos alunos que necessitam de orientações ou de reforço”. Estas aulas, segundo os professores, incluem, também, “bate-papos” ou “conversas com alunos”, “questionamentos orais”, “avaliações” e “orientações coletivas”. O material de apoio às aulas abrange, quase que exclusivamente, módulos, cartazes, globos, mapas, textos e gravuras.

Quanto às escolas particulares, também detectou-se a escassez de recursos didáticos e a falta de criatividade no uso de procedimentos complementares ao enriquecimento das aulas. Só as escolas com melhores condições dispõem de outros recursos, como álbum seriado, livros, revistas, apostilas e vídeo, e adotam outros procedimentos, como debate, pesquisa em biblioteca, visitas, palestras e estudo dirigido.

No sentido de aprimorar as suas aulas os professores particulares apresentaram como necessidade básicas: “dispor de material, construir mais salas de aula, oficinas, laboratórios, auditórios com filmes, *slides*, etc., dispor de recursos audiovisuais, etc.”

A atualização constante do professor e a oferta de melhores condições de trabalho para que o professor possa ter o seu próprio material também foram sugeridos.

A problemática aqui apresentada indica que nossas escolas apresentam sérios problemas de qualidade. Apesar de todas as suas limitações, elas são de suma importância para possibilitar à população o saber sistematizado, principalmente aos que não tiveram oportunidade de freqüentá-las em idade própria; por isso, são necessárias soluções urgentes no sentido de superar não só os problemas de ordem física e material, mas, também, os técnico-pedagógicos que afetam a formação do docente e o conteúdo escolar ministrado.

## **Avaliação**

A verificação da aprendizagem dos alunos nas escolas supletivas é realizada, basicamente, através do instrumento prova ou teste escrito.

Nas escolas públicas, que oferecem ensino orientado para o atendimento individual, observou-se que os procedimentos avaliativos ficam limitados aos princípios da avaliação por objetivos, incorporados à técnica do ensino modularizado. Sob o paradigma da avaliação por objetivos, a eficiência do processo pedagógico é vista na coerência que deve existir entre a avaliação, os objetivos e a metodologia de ensino, em consonância com as potencialidades do aluno (cf. Saul, 1988).

Adotando esta metodologia com um enfoque exclusivamente tecnicista, a preocupação pedagógica do professor fica presa à necessidade técnica de o aluno vencer o conteúdo do módulo e de apresentar um rendimento de acordo com os objetivos pré-estabelecidos. Este tipo de avaliação tem por base a racionalidade, o controle e a objetividade, entendendo o processo de ensinar como uma modificação do comportamento. Assim, a avaliação de aprendizagem se dá mais em termos de aspectos formais, burocráticos, do que propriamente em termos de questionar os resultados do rendimento e a sua relação com a prática pedagógica e o tipo de conteúdo oferecido.

Nas escolas particulares que ministram o ensino “tradicional”, os professores, pelo excesso de alunos em sala de aula, também apresentaram dificuldades para avaliar a aprendizagem. Entendem que não têm condições de acompanhar cada aluno e de realizar a observação individual. Acham que, desta forma, fica

prejudicado, no processo pedagógico, um aspecto importante, que é conhecimento da vida do aluno.

## O PROFESSOR

Os professores atuantes nas escolas focalizadas nesse estudo somam um total de 43. Desses, 21 atuam em escolas públicas e 22 atuam em escolas particulares.

No que se refere à situação funcional docente, pode-se dizer que quase a totalidade dos professores das escolas públicas são efetivos e com regime de quarenta horas semanais de trabalho.

Na escola particular, os professores são regidos pela CLT, com regime que varia de seis a quarenta horas semanais de trabalho, sendo que a maior parte tem jornada inferior a vinte horas.

Em função da precária situação salarial, os docentes buscam outras atividades remuneradas, extrapolando, assim, quarenta horas semanais de trabalho.

Os salários, no momento da pesquisa, apresentavam-se mais críticos na rede particular. Hoje, possivelmente, a situação salarial dos professores da escola pública se iguala, tendo em vista o arrocho salarial que se agravou a partir de março, quando o novo governo extinguiu a política de reajuste de salários até então existente.

Apesar da baixa remuneração dos professores estaduais, era na rede pública que eles garantiam a sua renda mais substancial. Pouco menos da metade dos professores entrevistados exerciam atividades paralelas, obtendo salários inferiores.

Na rede particular, a fonte principal de renda dos professores, ao contrário dos da rede pública, é sempre a outra atividade. Cabe salientar que alguns professores dessa rede não quiseram prestar informação sobre o seu salário por considerá-lo muito baixo. Conforme Scheibe (1989, p. 58):

As condições de trabalho do professor, historicamente precárias sob o ponto de vista salarial, têm-se agravado no interior da dimensão

contextual colada ao projeto de desenvolvimento assumido pelas forças políticas dominantes na sociedade brasileira. O professor é hoje um assalariado que luta, ou deveria lutar pela dignidade de sua condição de trabalhador. A questão salarial, problemas de jornada de trabalho, os temas relativos ao próprio acesso à carreira são algumas das dimensões fortemente presentes hoje no cotidiano da vida dos profissionais da educação. Em Santa Catarina, de forma semelhante ao que ocorre em outros estados brasileiros, as condições de trabalho ideais para um bom desempenho da função docente ainda permanecem enquanto reivindicações pelas quais é necessário lutar.

É bom frisar que os trabalhadores da educação em geral não estão sendo reconhecidos em termos de condições de trabalho e de salário, mas a situação daqueles que lidam com a educação de adultos é mais grave ainda.

## Formação e experiência de trabalho

No tocante à qualificação profissional, os professores de jovens e adultos da escola pública, na sua maioria, concluíram o 3º grau, com habilitação para o magistério. Apenas dois dos 21 pesquisados informaram ter Magistério de 3º grau incompleto; e dos que têm Magistério completo, três informaram não lecionar a disciplina correspondente à sua formação, e apenas um tem licenciatura curta. Têm formação de pós-graduação em nível de especialização 33,3% e em nível de mestrado, 19%.

A maioria dos 22 professores da rede particular é habilitada para o magistério em nível de 3º grau (68,1%). Destes, 13,6% lecionam disciplinas não correspondentes à sua formação. Na formação de 3º grau incompleto registraram-se 22,7%, e na situação de licenciatura curta, 18,18%.

Uma das questões fundamentais relacionadas à formação do educador que trabalha com alunos jovens e adultos é a falta de treinamento e especialização nesta área. Muitos consideram que não se pode pensar numa proposta de educação tão específica sem que se leve em conta o tipo de profissional que deve atuar neste campo, tendo presente que este profissional vai lidar com o aluno trabalhador que já foi excluído e que pode ter como resposta, ao voltar à escola, uma nova exclusão (cf. Varella apud Carvalho et al., 1989, p. 38).

Esta situação não vem sendo devidamente encarada pelas instituições brasileiras de formação dos professores. Em Santa Catarina, debates aconteceram por ocasião do I Encontro de Educação de Adultos realizado pela UFSC, Udesc e Secretaria de Estado da Educação, em 1988, com posições interinstitucionais registradas no Plano sem que fossem colocadas em prática. Como resultado do Plano, registra-se apenas o funcionamento de um curso de especialização em Educação de Adultos nos anos 1989-1990 e a institucionalização da disciplina no curso de Pedagogia.

## O ALUNO

Objetivando caracterizar o aluno do ensino supletivo, foram pesquisadas, através de uma amostra, as variáveis: sexo, idade, situação escolar (tipo de escola que frequenta – pública ou particular) e origem social dos alunos.

Para apanhar a origem social, utilizou-se o indicador básico “ocupação do pai”, informada pelos alunos, tendo em vista a existência de estudantes que não trabalham.

Aceitando a orientação de Pereira (1969, p. 391), tem-se que a ocupação do chefe da família “é o recurso mais freqüentemente empregado na determinação da origem social de um conjunto de indivíduos”.

Outros indicadores, como escolaridade dos pais, situação da moradia, procedência do aluno e local da escola, também foram considerados complementares à análise socioeconômica.

Relativamente à variável sexo, constatou-se que é mais elevada a presença de estudantes mulheres no ensino supletivo, tanto na rede pública quanto na particular, atingindo cerca de 60%.

Com relação à idade, pode-se dizer que não há grandes diferenças de idade entre os alunos pertencentes à rede pública e os da particular. Em ambas, a faixa etária que abrange mais alunos fica entre 16 e 20 anos, seguida das faixas entre 21-24 e 25-35 anos.

O percentual com idade inferior a 16 anos atinge 10,70% no ensino público, enquanto que,

no particular, o percentual é de apenas 5%. A idade acima de 35 anos alcança, em média, 13% em ambas as redes de ensino. Encontramos muitos alunos vindo diretamente do ensino regular sem terem interrompido os seus estudos.

Os dados relativos à ocupação indicam que as escolas supletivas públicas e particulares atendem, basicamente, jovens da classe trabalhadora que desempenham atividades ligadas ao setor terciário da economia, principalmente comércio e serviços domésticos. Há, também, um número representativo de alunos trabalhadores da indústria, com baixo nível de qualificação.

Quanto às profissões dos pais, a maioria desempenha tarefas predominantemente operacionais que não exigem escolaridade, como as funções de mineiro, pedreiro, mecânico, carpinteiro, balconista, construtor civil, guarda, motorista, pintor, costureira, etc.

Um elevado número de pais é de pequenos agricultores, indicando que os alunos do ensino supletivo procedem basicamente do meio rural. Quanto às mães, prevalece a situação de dona de casa e de empregada doméstica.

## Situação de trabalho

Reunidas as informações sobre o tipo e as condições de trabalho que desempenham, a jornada de trabalho, o salário e as relações entre o trabalho e o curso, pretende-se analisar como o aluno concilia o seu trabalho com o estudo.

Com base nos dados coletados, pode-se dizer que a maioria dos alunos do supletivo necessita conciliar estudo e trabalho. Do total de 254 alunos pesquisados, cerca de 70% são alunos trabalhadores e apenas 25,2% não trabalham. Destes que trabalham, 58,7% informaram estar empregados, 7,9% serem trabalhadores autônomos, 1,9% desenvolverem atividades remuneradas e 5,9% encontrarem-se atualmente desempregados.

Examinando esta questão por rede de ensino, verificou-se que a proporção de alunos trabalhadores é um pouco maior na rede particular, embora em algumas das escolas existam alunos que apresentavam nível socioeconômico um pouco mais elevado.

Dada à realidade social brasileira, o que prevalece, tanto nas escolas particulares quanto nas públicas, é a necessidade de o aluno trabalhar para ter acesso e permanência na escola, sendo que nas primeiras ela se eleva muito mais em função da não gratuidade do ensino. O custo da educação particular, representado pela mensalidade escolar, taxa de matrícula e outros gastos suplementares, constitui uma exigência a mais para o aluno ter que conciliar estudo e trabalho.

No exercício do trabalho remunerado, o maior índice dos estudantes se submete a uma jornada de trabalho igual ou superior a oito horas. Nessa situação, encontram-se na escola pública 29,5% que trabalham oito horas e 37,1% que trabalham 8h30min ou mais. Na escola particular, os índices elevam-se ainda mais. A jornada acima de oito horas atinge 48%, e os que trabalham oito horas ficam em 13,2%.

São poucos os que conseguem ter condições de trabalho e de estudo favoráveis em meio expediente ou até mesmo uma jornada de trabalho inferior a 7h30min. Isto significa que a grande maioria, 61,2% na escola particular e 66,6% na escola pública, trabalha durante todo o período matutino e vespertino para estudar à noite.

Nestas condições, o ato de trabalhar e estudar tende a prejudicar o aluno no seu desempenho escolar e a favorecer muito mais “a reprodução das condições de exploração de uma força de trabalho subalterno e desqualificado” (cf. Mafra, 1989, p.25). Os alunos do supletivo, conforme o quadro geral de ocupações, exercem atividades basicamente desqualificadas e de baixa remuneração.

Para os alunos do supletivo, a dificuldade maior agora não está no salário e sim no horário excessivo de trabalho, que o impede de estudar.

### **Rendimento escolar**

O baixo rendimento se expressa nos baixos índices de promoção. Embora o levantamento de dados tenha ficado prejudicado pela sonegação de informações nesta questão, foi possível verificar que, na rede pública, há escolas onde a promoção no primeiro semestre de 1989 não

chegou a 13%. No 2º semestre deste ano, as taxas variavam entre 21% e 84%.

Talvez o pequeno número de alunos promovidos no primeiro semestre tenha a ver com o sistema de educação supletiva adotado nas escolas CES, Naes e Nemos, onde as provas de eliminação de disciplinas são realizadas em qualquer tempo, dependendo das condições de aprendizagem próprias do aluno.

Já na rede particular, onde as escolas adotam a avaliação sistemática, obedecendo o calendário escolar, o número de alunos promovidos é mais elevado, tanto no primeiro como no segundo semestre. O menor índice apresentado gira em torno de 31% e o maior, em torno de 97%. Eles alegam ser reprovados pelo fato de precisar trabalhar.

Um dado a ser considerado na análise do rendimento escolar diz respeito às escolas particulares que, estruturalmente, apresentam as piores condições de ensino, são receptoras de alunos de classes inferiores e, no entanto, apresentam índice de promoção acima de 90%, enquanto escolas particulares de melhor estrutura, com clientela de nível socioeconômico mais alto, apresentam menor índice de promoção – abaixo de 50%.

É possível que o nível de exigência destas últimas escolas seja bem mais elevado que nas demais. A tendência naquelas escolas que atendem à clientela economicamente inferior – isso vale tanto para a escola pública quanto para a particular – é rebaixar o conteúdo para facilitar a aprendizagem dos ditos alunos “pobres, fracos e carentes” para segurá-los na escola.

Assim, os alunos são empurrados para a frente sem as condições mínimas necessárias ao prosseguimento dos estudos. Caso a escola exigisse um pouco mais, garantem os professores que a evasão subiria. Isto equivale a dizer que devem manter um nível de ensino e uma expectativa de aprendizado muito baixos. Mesmo assim a evasão ainda é alta.

A evasão na rede particular é significativamente maior no 2º semestre: 18,56%, contra 6,28% no primeiro. Na rede pública, a evasão nos

semestres quase se equivalem: 12,5%, no primeiro e 11,3%, no segundo.

Uma das principais causas apontadas para a evasão pelos professores e coordenadores dos cursos supletivos é “a falta de condições do aluno para acompanhar o curso”. Eles se referem ao nível intelectual, mas são inúmeros os rótulos que a escola utiliza para estigmatizar o aluno malsucedido. O insucesso escolar é visto como decorrente de uma série de fatores que vão desde os de ordem econômica, social e familiar, até os que dizem respeito à pessoa do aluno, como saúde, desmotivação e desinteresse para o estudo, falta de tempo, etc., porém muito pouco é relacionado com a escola. Quase não há sensibilidade por parte dos profissionais da educação para perceber que a escola e o sistema de ensino também servem para excluir, marginalizar e selecionar os alunos. A organização didático-pedagógica da escola, o currículo e outros fatores internos que são também determinantes nas condições escolares praticamente não são tocados.

A crítica a estes aspectos esteve ausente principalmente nas escolas supletivas públicas, onde a preocupação dos entrevistados era a de ressaltar muito mais aquilo que lhes parecia positivo do que negativo, escondendo, inclusive, problemas relativos à administração da escola e à sua atuação didático-pedagógica, que poderiam estar prejudicando o aprendizado do aluno. Isso demonstra falta de seriedade e não compromisso desses profissionais para com a população que mais precisa de escola para ter acesso ao saber social elaborado.

Outras dificuldades que acometem os alunos, em geral, estão relacionadas ao “entendimento do conteúdo”, ao “horário”, ao “transporte” e ao “entrosamento com colegas e professores”.

Outro ponto destacado que faz com que o curso não corresponda às expectativas do aluno é o seu aprendizado ser bastante baixo. Na opinião dele, isto “pode prejudicar no 2º grau”.

Os alunos sinalizam para a vontade de profissionalizar-se de imediato no 2º grau e apontam o desejo de fazer algum curso universitário. Existe, nesta perspectiva,

a visualização do diploma profissionalizante enquanto fator capaz de dar melhores

condições de barganha por salários mais altos e por melhores condições de trabalho, também, enquanto possibilidade de financiar, a longo prazo, a continuidade dos estudos em curso de nível superior (Scheibe et al., 1989, p. 92).

Os estudantes têm a nítida clareza de que a sua escola não oferece as mínimas condições de formação básica. Neste sentido, a grande maioria reivindica melhoria da escola apontando para o que é necessário na condução das mudanças estruturais e pedagógicas.

A respeito da qualidade dos cursos supletivos, os alunos se posicionam criticamente. Eles esperavam que o curso fosse “mais forte” e que tivesse “mais matérias”. Outro aspecto que frustra o aluno, afetando sua qualidade, é a defasagem entre currículo e aluno. São inúmeras as características que favorecem esta defasagem. Uma delas é o reduzido tempo que o aluno passa cotidianamente na escola, ocupado em atividades que não lhe parecem úteis. O aluno queixa-se de ficar cansado com a quantidade de aulas e, no entanto, considera que “tem pouco conteúdo por falta de tempo”.

Estas são colocações de alunos que enfrentam o estudo após um dia exaustivo de trabalho e que, por isso, têm sua capacidade de absorção dos conhecimentos veiculados, sem dúvida, bastante prejudicada.

O cansaço físico é uma realidade para o aluno do ensino noturno em geral. Nesta pesquisa, ele aparece como principal dificuldade para realizar o curso, em primeiro lugar, para os alunos do ensino particular e, em segundo, para os do ensino público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa junto às escolas que desenvolvem experiências de educação supletiva vem demonstrar que seus alunos jovens e adultos, na maioria trabalhadores que enfrentam uma jornada diária de trabalho até superiores a oito horas, apresentam uma realidade e aspirações profissionais e educacionais que não são próprias do estudante regular diurno.

A relação escola/trabalho merece ser analisada, não só em termos de compatibilidade

de horário de trabalho e de ensino, mas também em termos de metodologias específicas para este tipo de aluno.

Tal como se encontra a escola, hoje, ela mais tem servido para afastar o aluno do que para mantê-lo. E é no ensino supletivo que os alunos se evadem em maiores proporções, caracterizando, assim, uma dupla exclusão. Eles já se evadiram do ensino regular, buscaram outra oportunidade e, também aí, não permaneceram.

Esta situação leva-nos a questionar a realidade desta escola para este aluno que, mais do que estudar, precisa trabalhar para sobreviver. Dadas as suas condições de vida, o que faz a escola para alterá-las? Adianta, para estes alunos, o sacrifício de estudar à noite, se eles estão fadados ao fracasso?

Uma das principais causas do fracasso destes alunos está, já, na própria estrutura da escola: ou ela é muito rígida em termos de horário, de programas e de metodologia de ensino ou, então, apresenta uma sistemática de atendimento totalmente aberta, que foge ao controle da organização escolar, ou tem um método de ensino restrito aos módulos, como é o caso das escolas modularizadas em expansão no Estado.

Outra constatação que precisa ser levada a sério no ensino de jovem/adulto trabalhador junto à questão técnico-pedagógica é a falta de estrutura física e material das escolas. As deficiências de funcionamento, de condições ambientes, de condições materiais e de pessoal não favorecem o aprendizado desta clientela, que, pelas suas próprias condições sociais, sofre outras privações fora do ambiente escolar.

Destinada àqueles que ficaram à margem da escola por algum tempo, a escola supletiva deve ser repensada no sentido de assegurar, no mínimo, uma educação básica de qualidade. Para isto, a condição primeira é a conquista de uma escola bem aparelhada, administrativa, técnica e pedagogicamente, pois as questões específicas do educativo e das condições de funcionamento da escola estão vinculadas a outras questões políticas e econômicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. et al. *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1986.
- CARVALHO, Celia Pezzolo de et al. *Educação de jovens e adultos trabalhadores em debate*. São Paulo: Cedi, 1999. (Documentos, 2).
- HIDELBRAND, Maria Helena Bastos. Os desertados da educação brasileira. *Educação e Realidade*, n. 4, p. 18-21, 1986.
- HADDAD, Sérgio. *O ensino supletivo no Brasil*. São Paulo, 1987. Relatório de Pesquisa.
- KOCH, Zenir Maria. *Uma leitura da questão do fracasso da escola pública catarinense*. Florianópolis, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- KUENZER, Acácia Z. *Pedagogia da fábrica*. São Paulo: Cortez, 1985.
- LEITE, Regina. A qualidade comprometida e o compromisso da qualidade. *Ande*, São Paulo, n. 5, p. 51-55, 1982.
- MAFRA, Leila de Alvarenga. *Trabalho e formação na representação do aluno de escola de 2º grau no Brasil*. Belo Horizonte, 1989. Relatório de Pesquisa.
- PEREIRA, Luiz. *O magistério primário numa sociedade de classe*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. *Cursos noturnos de 2º grau do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, [19—].
- SANTA CATARINA. Secretaria de Educação. *Plano Estadual de Educação 1969/1980*. Florianópolis, 1970.
- SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória*. São Paulo: Cortez, 1988.
- SCHEIBE, Leda et al. *O ensino de 2º grau no Brasil: caracterização e perspectivas – Estado de Santa Catarina*. Florianópolis:

Udesc, UFSC, SEE, 1989. Relatório de Pesquisa.

SCHMIDT, Wilson. *A escolarização básica no meio rural em Santa Catarina*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Sandra M. L. *A avaliação da aprendizagem na escola de 1º grau*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

TENCA, Sueli Cotrin. Cursos noturnos: a pobre escolarização dos que trabalham. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 43, p. 37-41, 1982.